

Botucatu, 21 de maio de 2025.

CARTA À IMPRENSA.

Comunidade Mahatma Gandhi clama por justiça e dignidade.

A Comunidade Mahatma Gandhi, Rubião Júnior, Botucatu/SP, vem a público denunciar a inaceitável omissão dos poderes políticos municipais diante da grave situação vivida por quase 50 famílias trabalhadoras que ali residem há mais de 11 anos. Trata-se de um território da União, já reconhecido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em carta oficial enviada aos órgãos do Município de Botucatu como área passível de regularização fundiária, portanto com direito à urbanização e moradia digna.

Mesmo com esse reconhecimento oficial de outubro de 2024, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) segue se recusando a fornecer acesso à água potável e ao sistema de esgoto para a comunidade. Em 15 de maio deste ano, o juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Botucatu determinou, em decisão clara e fundamentada, que a SABESP realizasse a ligação de água para a comunidade no prazo de 48 horas. A decisão baseia-se no entendimento de que a ausência de acesso à água representa grave ameaça à saúde pública, à dignidade humana e à própria vida das pessoas trabalhadoras, crianças e idosos.

Até a presente data a SABESP permanece em descumprimento à ordem judicial, que novamente nesta terça-feira dia 20 de maio reforçou a urgência no cumprimento de sua ordem acionando o Ministério Público Federal – MPF na execução do comando. A SABESP segue ignorando o sofrimento diário de famílias inteiras, em especial das crianças, que sequer conseguem frequentar a escola por falta de condições básicas de higiene. Essa negligência institucional representa uma forma de tortura institucional — uma punição imposta a pessoas pobres e trabalhadoras que lutam há mais de uma década

pelo direito de viver com dignidade. Qual a intenção desta ação violenta e desumana?

Denunciamos também a cumplicidade silenciosa da Prefeitura de Botucatu e dos poderes públicos locais, que nada têm feito para garantir que a decisão judicial seja cumprida, tampouco para pressionar a SABESP a agir conforme o que está determinado legalmente. A inação e o silêncio das autoridades perpetuam uma situação desumana e injustificável.

Reforçamos que esta é uma luta por um direito básico e universal: o acesso à água. Não se trata de favor, mas de cumprimento da lei e respeito à vida. A regularização fundiária está em curso, a decisão judicial foi proferida, e o direito está reconhecido e do lado da comunidade. Falta apenas vontade política e responsabilidade social dos poderes públicos e da empresa privada gestora do acesso social do povo à água, represando hoje um direito humano essencial.

À imprensa, pedimos que se junte a este apelo, dando visibilidade a essa violação de direitos humanos que persiste no coração de Botucatu. A omissão tem custo: ela adoece, empobrece e mata.

Pela água, por terra, trabalho e liberdade.

Comunidade Mahatma Gandhi.